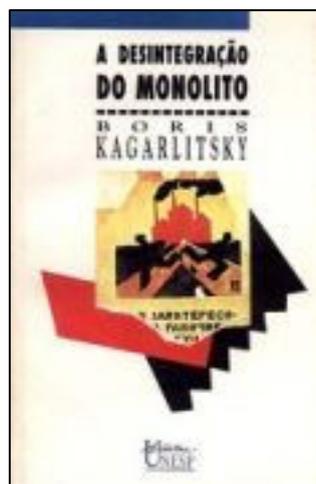
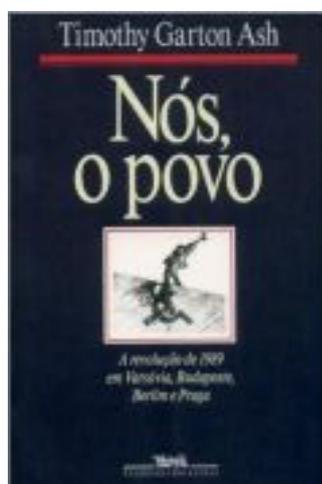


## A crise do socialismo analisada no calor da hora

Reginaldo Benedito Dias\*

**Resumo:** O presente artigo demonstra como os acontecimentos que levaram à crise e desintegração dos países do bloco soviético foram analisados no calor da hora, tomando como parâmetro os livros **Nós, o povo** e **A desintegração do monolito**, selecionados por causa das diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e ideológicas que representam.

**Palavras-chave:** Colapso do socialismo, socialismo real, União Soviética.



O vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim suscita debates acadêmicos e políticos sobre o significado e alcance daquele acontecimento, talvez o mais emblemático do processo da desintegração dos países satélites da URSS. Não bastassem os sucessivos acontecimentos que puseram abaixo os regimes dos “satélites”, pouco tempo depois foi a própria URSS que se desintegrou.

Com duas décadas de distanciamento, os estudiosos contam com os desdobramentos históricos concretos, resultantes de disputas e opções políticas. Para cotejar o desenvolvimento desse processo, entretanto, é interessante resgatar

análises feitas no calor da hora. O sentido e a repercussão dos fatos já desafiavam a reflexão de seus contemporâneos, movidos por interesses políticos ou por inquietação intelectual de interpretar o mundo que se transformava.

Os EUA anunciavam a “nova ordem mundial”. Um intelectual liberal proclamava o “fim da história”, com a vitória da economia de mercado. Agentes políticos e intelectuais de esquerda refletiam sobre a hipótese da renovação do projeto socialista, emancipado do paradigma da experiência da URSS. Que mundo emergiria da crise?

Mesmo sem a pretensão de vaticinar os desdobramentos do processo, para os

historiadores, em particular, era estimulante a interpretação da história inconclusa e em movimento. Era um desafio inferir a inteligibilidade histórica dos acontecimentos, não raro espetacularizados pela mídia eletrônica (NORA, 1988), e sua relação com estruturas mais amplas e com temporalidade de média e longa duração (NORA, 1989). O mercado editorial deu vazão à circulação de livros que enfrentaram esse desafio, com resultados apreciáveis.

Como contribuição ao debate contido neste dossiê da revista *Espaço Acadêmico*, resgato anotações que fiz em artigo escrito próximo daquela época, em que discorri sobre dois livros produzidos na vertigem dos acontecimentos (DIAS, 1995). O primeiro título é *Nós, o Povo: as revoluções de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga*, escrito pelo historiador inglês T. G. Ash. De autoria do sociólogo russo Boris Kagarlitsky, o segundo denomina-se *A desintegração do monolito*. Seu objeto é a crise terminal da União Soviética.

Muitos textos foram escritos sobre a crise do socialismo, mas boa parte deles caracterizava-se mais como balanço teórico, enquanto os dois autores destacados forneceram, cada qual a seu modo, análises instigantes a partir de abundante material empírico. As diferenças de metodologia e de perspectivas, contraste profícuo para os interessados no debate, também exerceram influência na escolha.

#### **Duas leituras contrastantes**

Os autores de *Nós, o Povo* e *A desintegração do monolito* demonstraram consciência de que, sem relevante distanciamento físico e cronológico, estavam produzindo

conhecimento histórico sobre processos inconclusos.

T. G. Ash, ao falar das Revoluções de 1989<sup>1</sup>, não incluiu em seu campo de análise os processos ocorridos na Bulgária e na Romênia, limitando-se a comentar, conforme o subtítulo de seu livro, as revoluções em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga, que ele testemunhou diretamente. Assumindo suas condições de elaboração, T. G. Ash revela que seu livro, concluído em janeiro de 1990, reproduz os relatos

<sup>1</sup>O termo “revolução”, adotado por T.G. Ash, foi mantido nos comentários. Seu uso não é exagerado, se for considerada a dimensão das mudanças em curso, que promoveram amplas transformações nas estruturas econômicas (incluindo o sistema de propriedade) e políticas. Entretanto, deve-se atentar para a especificidade do processo, já comentada por Habermas naquela época. Com efeito, analisando o desmoronamento dos países satélites da URSS no Leste Europeu, Habermas (1991) indicou que esse processo, ao contrário das revoluções clássicas, não buscou constituir uma rede de significações próprias da fundação de um mundo novo. Em certo sentido fincando os pés no passado, esse processo caracterizou-se tanto pela volta de antigos símbolos e resgate de tradições que existiam antes da implantação dos chamados regimes socialistas quanto pela tentativa de buscar vínculos com as formas de vida existentes no capitalismo desenvolvido, ou seja, com aquelas estruturas sociais cuja superação histórica deveria ocorrer exatamente por intermédio do socialismo. Como, regra geral, não havia concretamente capitalismo liberal no período anterior à implantação dos “Estados Socialistas” e nem esses nasceram de revoluções anticapitalistas, é mais apropriado falar não em volta a um passado que teria existido objetivamente, mas a um passado que poderia ter existido. Dito de outra forma, tratava-se, para usar uma expressão de Habermas, de uma revolução retrospectiva, movida pela aspiração de recuperar desenvolvimentos históricos perdidos. A relação com o passado e com a memória histórica é particularmente complexa. Em outro artigo, analisei a dialética existente entre a crise da experiência histórica da Revolução Russa e a memória dessa experiência, no contexto do período da perestroika (DIAS, 1994).

dos acontecimentos tal como os registrara na época. Embora tenha incluído uma pequena análise retrospectiva, esta sofria os influxos das repercussões imediatas dos fatos, com um distanciamento cronológico mínimo. Dessa maneira, sua obra – reconhece o autor – tinha as qualidades e os defeitos de uma reflexão produzida na hora e rapidamente.

Boris Kagarlitsky, intelectual e militante político da ex-URSS, foi protagonista dos processos por ele analisados. Realmente, o livro não possui o tom distanciado de alguém que pretende estabelecer uma análise que se poderia chamar – na falta de melhor expressão – de desinteressada. Ao contrário, Kagarlitsky, fundador do Partido do Trabalho, inspirado na renovação do socialismo e oposição ao governo de Ieltsin e sua linha política, combina a análise minuciosa com uma posição clara em relação às ocorrências, posição de um intelectual imerso nas disputas pelos desdobramentos dos fatos. A consciência de que há um processo inconcluso e em disputa faz com que a análise, desvelando as contradições da dinâmica da realidade, aspire a influenciar seu devir. A primeira edição de *A desintegração do monolito* data de 1992, o que revela, considerando-se que a URSS foi extinta no final de 1991, que a reflexão era contemporânea dos acontecimentos ou guardava em relação a eles imperceptível distância cronológica.

Não se pode dizer que T. G. Ash, historiador que se especializara na problemática do Leste Europeu, tenha sido protagonista das revoluções que analisou, mas tampouco foi simples testemunha. O autor foi reconhecido, na condição de autoridade intelectual, como interlocutor privilegiado dos

protagonistas das revoluções, chegando a privar, por exemplo, do convívio das principais lideranças revolucionárias da Tchecoslováquia. T. G. Ash pondera que, embora buscasse fazer um julgamento justo e crítico, o leitor não teria dificuldade de constatar que sua simpatia estava com aqueles que faziam a revolução.

Os livros não podem, entretanto, ser entendidos como simples discursos políticos. Por um lado, deve-se considerar que os autores são intelectuais reconhecidos internacionalmente. Por outro, pode-se dizer que ambos, apresentando o lugar a partir do qual dialogavam com o real, abriram para si, parafraseando Lacouture (1990), as portas da equidade.

Postos esses pontos comuns, cabe ressaltar que a forma como cada autor constrói sua elaboração e imprime significado aos fatos é bastante distinta. O livro de T. G. Ash tem uma abordagem que poderia ser chamada de horizontal, ou seja, possui um grande grau de abrangência, uma vez que mostra sucessivamente o desmoronamento dos chamados regimes socialistas em quatro países; sua análise é, porém, construída fundamentalmente a partir dos dados fornecidos pela convulsiva conjuntura de 1989, à qual se adicionam diálogos pontuais com o passado de cada país. Já a análise de Kagarlitsky, restrita ao caso da União Soviética, é menos abrangente, contudo ganha em verticalidade, uma vez que faz mergulhos mais ambiciosos em conjunturas passadas.

O texto de T. G. Ash busca reconstruir os fatos emblemáticos por ele testemunhados em cada revolução, procurando aferir os mínimos aspectos que lhes pudessem imprimir

significados. Ele descreve minuciosamente as assembleias e reuniões, registra os discursos e inflexões de vozes e olhares, percebe as esperanças, as hesitações, as nuances das tomadas de decisão. Não fosse a perspectiva analítica que o autor imprime à descrição, perceptível mesmo a um leitor descuidado, sua abordagem, especialmente nos momentos em que registra os acontecimentos, poderia ser confundida com uma crônica, por parecer tributária do factual e do presente.

A análise da Kagarlitsky caracteriza-se pelo desvelamento da evolução da crise das instituições da URSS. O autor, com olhar matizado pelas questões de sua conjuntura, promove uma breve (mas esclarecedora) imersão na história do seu país para entender a construção do “modelo soviético”, suas primeiras manifestações de crise, as frustradas tentativas anteriores de reforma, especialmente o “degelo” do período de Kruschov, o avanço da crise nas décadas de 1960 e 1970, as razões da emergência da perestroika.

Neste último período, a análise, mais exaustiva, não detalha os fatos principais, mas a crise das instituições, as contradições e limites das políticas da liderança, as nuances da formação dos novos partidos e instituições, os desdobramentos do imaginário das reformas, a formação do ideário liberal, os contornos do embrionário pluralismo partidário e ideológico. Pode-se dizer que o objetivo central da abordagem é destacar a dialética permanência/mudança no curso das reformas dos tempos da perestroika e na emergência do novo regime pós-URSS. Mesmo quando um fato de importância inquestionável é realçado, como o fracassado golpe de agosto de 1991, que precipitou o

desmoronamento do combalido edifício soviético, ele é matizado pelo enquadramento mais amplo da evolução da crise e de suas tendências de desdobramento.

T. G. Ash, por sua vez, não busca analisar a evolução das estruturas sociais nem o desenvolvimento de todo o processo de resistência em cada país para compreender os acontecimentos contemporâneos. O centro de gravidade são os fatos presentes, a partir dos quais a interlocução é feita com a história, recortada seletivamente em razão das demandas de compreensão das mudanças em curso. Por exemplo, a busca pontual dos antecedentes diretos dos movimentos de 1989 confere ênfase à visita do papa João Paulo II, em 1979, à Polônia, episódio considerado como um ponto de desencadeamento das mudanças que se definiriam uma década depois: “ali, pela primeira vez, vemos essa manifestação maciça, ininterrupta e, no entanto, extremamente pacífica e autodisciplinada de unidade social, a multidão comedida contra o Estado partido” (1990, p. 143).

Em contraposição, ao deparar com a emergência, na Hungria e na Tchecoslováquia, respectivamente, da memória das insurreições de 1956 e 1968<sup>2</sup>, T. G. Ash enfatiza que tais experiências passadas, importantes a

---

<sup>2</sup> Em 1956, a Hungria viveu interessante experiência em que, questionando o modelo soviético, tentou afirmar um padrão de democracia socialista baseada nos conselhos populares. A ironia fica evidente quando se lembra que o “modelo soviético” deveria ser “conselhista”, já que a palavra *soviète* significa exatamente *conselho*. Em 1968, o movimento conhecido como *A Primavera de Praga*, também questionando o modelo soviético, tentou construir o *socialismo de face humana*. Ambos os movimentos foram reprimidos pela intervenção da URSS.

seu tempo, pouco informavam, na medida em que pretendiam reformar o socialismo, os ideais das movimentações de 1989, orientadas pela desconstrução dos chamados regimes socialistas. Quando muito, esses episódios eram referências para fazer contraponto à atual ausência de intervenção militar soviética, decisiva para a derrota dos movimentos de 1956 e 1968.

Os meandros da análise de cada autor se revelam quando se percebe o caminho percorrido para a construção de suas principais inferências. É representativa do amplo leque das questões focadas por Kagarlitsky a análise do espectro ideológico e das movimentações e mutações dos atores e forças políticas, com ênfase para o papel da burocracia estatal. O autor destaca, por exemplo, que o processo de reformas teve suporte e impulso em uma espécie de bloco liberal-radical-de-esquerda, unido contra um inimigo geral identificado na burocracia, símbolo maior do antigo regime. No entanto, as diferenças começaram a se explicitar tão logo o movimento teve de passar da contestação ao que existia para a afirmação do que deveria existir.

O nascente pluralismo político, que abrigava partidários do antigo regime, nacionalistas conservadores, anarquistas, social-democratas, socialistas e liberais de diversos matizes, guardava muita complexidade, mas caminhava para a emergência da hegemonia do ideário liberal, cujo crescimento, pode-se dizer, era proporcional aos insucessos da *reconstrução* e reformas do socialismo. Disseminou-se um certo consenso em torno de três propostas básicas: múltiplas formas de propriedade, democracia parlamentar e mercado livre. Esses três princípios, ironizou

Kagarlitsky, pareciam resumir o saber político do país, unindo os liberais mais extremados aos líderes comunistas.

Além da confusão e imprecisão teórica presentes em muitas organizações, Kagarlitsky aponta principalmente um deslocamento de forças que, marcado pela convergência entre liberais e parcelas significativas da antiga burocracia comunista, foi central para o devir do processo. De um lado, a política de frente entre os diversos setores oposicionistas teve vigência até ficar claro que parte desse “bloco progressista” estava menos interessada em derrotar a burocracia do que em se conciliar com ela. De outro, amplos setores da antiga burocracia, à medida que a crise se agravava, foram pródigos em transitar, parafraseando as palavras do autor, dos dogmas do antigo regime para os dogmas da infalibilidade da economia de mercado.

Tal metamorfose, esclarece Kagarlitsky, nada tinha de accidental. Incapaz de continuar a governar no antigo modelo, a burocracia logo assimilou o novo e, valendo-se da condição privilegiada conferida pelos postos de poder que ocupava, apropriou-se do discurso liberal, confundiu-se com a oposição e converteu-se na mais séria candidata à classe proprietária emergente. Em face da desintegração das estruturas coletivas que lhe conferiam condição de mando e privilégio, a burocracia preferiu repartir entre si o espólio do antigo regime. Afinal, quem tinha poupança social para se converter em classe proprietária eram os beneficiários do antigo regime, os mesmos que ocupavam postos-chave para condução política. Nesse novo cenário, reproduzia-se a unidade indissolúvel entre o poder e a propriedade.

Por conta dessa nova hegemonia, encolhia-se o espaço para o que se poderia chamar de terceira via, ou seja, forças socialistas renovadas que guardassem equidistância dos paradigmas do antigo regime e da economia de mercado capitalista e propusessem um caminho alternativo, situação que se refletia no próprio acesso aos meios de comunicação de massa, controlados pelo novo espectro liberal. Todavia, Kagarlitsky pondera que, embora se apresentasse como a necessária alternativa política, a esquerda renovada não conseguia vencer seus numerosos problemas organizacionais, nem atrair parcelas significativas da *intelligentzia* para suas posições. E era no desenvolvimento dessa terceira via que Kagarlitsky depositava suas esperanças de que a Rússia tivesse um desenvolvimento democrático, evitando que a nova ordem se constituísse na antiga ordem com sinal invertido, fato que lhe parecia evidente com a ascensão e consolidação no poder das forças representadas por Ieltsin e seus aliados.

Com a desintegração da URSS, acrescenta Kagarlitsky, estava tomando forma um capital burocrático. A injeção dos métodos capitalistas navegava no leito da reestruturação das relações dentro da minoria privilegiada, sem alterar substancialmente as características do antigo regime. Na verdade, os procedimentos políticos antigos, assim como o velho aparato, eram bem adequados ao nascente capitalismo, que, implantado de cima para baixo, reclamava um regime autoritário forte e um governo de pulso firme para sua consecução. Para Kagarlitsky, o corolário de todo esse processo, aqui descrito resumidamente, era a formação do fenômeno que ele denominou *stalinismo de mercado*,

recriação do antigo sob novas condições.

Por meio da noção de *stalinismo de mercado*, Kagarlitsky conseguiu reunir vários níveis de explicação para as mudanças em curso. Em coerência com os contornos da análise feita, era evidente que, do ponto de vista da dialética permanência/mudança, o antigo regime sobrevivia, recriava-se e conferia traços qualitativos ao nascente regime capitalista. Mas, além dos fios de continuidade entre um regime e outro, deve-se demonstrar que, se o regime stalinista clássico nascera, mediante o uso da força, da supressão artificial da propriedade privada e das relações de mercado, sufocando o impulso de baixo, o mesmo estava ocorrendo para desmantelar a estatização, privatizar a economia e criar o mercado de cima para baixo.

Kagarlitsky enfatiza que, ao contrário do que ocorrera no Ocidente, onde o capitalismo e a burguesia desenvolveram-se durante séculos, na ex-URSS o parto era feito, sem gestação histórica, pela ação do Estado. Da mesma maneira que o stalinismo clássico queimara várias etapas e conduzira a transformação de uma sociedade atrasada economicamente e semicapitalista em um país industrial e chamado de socialista, o stalinismo de mercado fazia o processo inverso, caminhando do coletivismo para a economia capitalista. Que capitalismo nasceria desse processo? Antes, porém, de conferir a resposta de Kagarlitsky, cumpre verificar como são construídas as inferências de T. G. Ash.

Embora a análise de T. G. Ash seja bastante rica no detalhamento de cada revolução, é lícito dizer que suas principais inferências foram extraídas de paralelos que ele estabeleceu entre todos os processos que investigou.

Interessava-lhe aferir os elementos comuns entre as experiências, componentes de um processo mais amplo, e a influência direta de cada movimento na emergência dos demais. Essa influência evidenciava-se tanto na presença de ideias e práticas comuns quanto na aceleração dos acontecimentos.

Ao chegar à Tchecoslováquia, T. G. Ash ensaiou uma previsão: “na Polônia levou 10 anos (referência à citada visita do papa), na Hungria 10 meses, na Alemanha Oriental 10 semanas, talvez na Tchecoslováquia leve 10 dias” (1990, p.89). Neste último caso, o período foi um pouco maior, 24 dias, mas a aceleração da história era evidente e as últimas experiências beneficiavam-se do legado das primeiras, como exemplifica o seguinte comentário do autor, elaborado no seio dos acontecimentos da Tchecoslováquia, a última revolução que ele analisou: “todos sabiam, graças à experiência dos vizinhos, que podia ser feito (...). Mais que isso, os vizinhos haviam dado algumas ideias de como deveria ser feito” (1990, p.135).

O processo começou com transições negociadas, por meio de mesas redondas entre os partidos comunistas e a oposição, na Polônia e na Hungria. Segundo a terminologia criativa de T.G. Ash, ocorria uma espécie de *refolucção*, mistura de reforma e revolução: “havia um elemento essencial de mudança de ‘cima’, liderada por uma minoria esclarecida no seio dos partidos comunistas ainda no poder. Mas havia também um elemento vital de pressão popular ‘de baixo’” (1990, p. 16). Lembrando a tradição do Solidariedade e do papel que uma greve geral desempenhou no início do processo, o autor sugere que,

na Polônia, o impulso de baixo foi maior do que na Hungria, onde tudo começou com mudanças na política do partido, após as quais a oposição ganhou as ruas e passou a reivindicar transformações.

Entretanto, a partir de meados de 1989, a história se acelerou e essas *refolucções*, entendidas como transições negociadas, logo foram esquecidas, relativizou T. G. Ash. Por exemplo, embora o Solidariedade, fazendo planos de médio prazo, ficasse satisfeito com a convocação precoce de eleições, o que presumivelmente beneficiaria os comunistas, encastelados na máquina administrativa, a vitória triunfal foi da oposição. Resultado: emergência na Polônia, ainda que em coalizão com os remanescentes do antigo regime, o primeiro chefe de governo não comunista da Europa Oriental. Precipitados por um fato emblemático, a reabilitação histórica e novo funeral para Imre Nagy, o líder executado e execrado da Revolta de 1956, os acontecimentos na Hungria levaram, em outubro, à primeira autodissolução de um PC no Leste Europeu e, mediante o avanço das negociações, à convocação de eleições para o início de 1990.

Na Alemanha e na Tchecoslováquia, quando as negociações se entabularam, o impulso de baixo já havia apontado decisivamente os rumos dos fatos. A remoção das barreiras da fronteira húngara permitiu uma crescente evasão populacional da Alemanha Oriental. Com a evidência de que a URSS não interviria, os movimentos de rua ganharam corpo no final de setembro, desafiando as primeiras tentativas de repressão por parte do PC. Inviabilizada a repressão, o movimento tornou-se irresistível. A crise no topo

do PC evidenciava-se pela troca de liderança. Em novembro, caiu o Muro de Berlim, fato que daria contornos definitivos ao processo, colocando em cena irreversivelmente, sob a égide dos paradigmas do lado ocidental, o tema da reunificação da Alemanha.

Beneficiada pelo atraso em relação aos outros processos, a revolução na Tchecoslováquia,<sup>3</sup> desencadeada por protestos estudantis e avolumada pela perspectiva de greve geral, foi a mais rápida de todas. Em menos de um mês, a crise tinha levado a liderança do PC e conduzido a oposição ao governo. Se os PCs polônês e húngaro, a despeito de tentarem negociar a transição e preservar parte de seu poder, foram atropelados pela dinâmica dos fatos, na Tchecoslováquia, como na Alemanha, quando as autoridades despertaram para o que estava acontecendo, já era tarde demais, comparou T. G. Ash.

A mistura de protesto e negociações, que ganhou contornos próprios em cada experiência, foi a marca de um processo caracterizado pela ausência quase total de violência<sup>2</sup> revolucionária e contrarrevolucionária. Uma vez colocadas em marcha as revoluções, houve, a despeito da tradição de repressão política desses países, uma impressionante ausência de coerção. Por um lado, não houve, como no passado, intervenção militar soviética e, por outro, as elites dirigentes internas praticamente abstiveram-se de acionar seu aparato coercitivo para deter a evolução dos acontecimentos. A intervenção externa deveria supor que havia algo a restaurar e a crise dos regimes evidenciava-se pela própria atitude dos dirigentes internos que, segundo T. G.

<sup>3</sup> A exceção que confirma a regra é o caso da Romênia, onde houve violenta insurreição popular.

Ash, haviam perdido a crença no seu direito de governar.

T. G. Ash, destacando que o motor desse processo não foi econômico, mas ideológico, resumiu: “A história interna dessas revoluções é a de um conjunto de ideias cuja hora chegou, e de um conjunto de ideias cuja hora passou” (1990, p.146). As ideias cuja hora havia chegado, infere T. G. Ash, identificavam-se fundamentalmente com a linguagem da cidadania, em contraposição à atomização em que vivia a população. É digno de nota que as oposições buscassem denominar-se através desta terminologia: Polônia: Clube Parlamentar dos Cidadãos (composto pelos parlamentares do Solidariedade); Alemanha: Iniciativa dos Cidadãos; Tchecoslováquia: Fórum Cívico. A despeito da heterogeneidade das oposições, que abrigavam posições socialistas, a linguagem da cidadania identificava-se hegemonicamente com as democracias ocidentais.

Constatando que, em Marx, a noção de sociedade civil é ambígua e significa também sociedade burguesa, T. G. Ash faz uma ironia ao observar que os movimentos buscavam a unidade daquilo que era ambíguo na formulação marxiana, reivindicando “direitos civis e direito de propriedade, liberdade econômica e liberdade política, independência financeira e independência intelectual, cada um desses termos apoia o outro” (1990, p.158).

Diferentemente de 1968, quando se buscava construir o socialismo de *face humana*, as revoluções de 1989 recusavam a perspectiva da terceira via, segundo a inferência de T. G. Ash. No plano político, por exemplo, recusavam a noção de democracia socialista e afirmavam que havia apenas democracia, entendida como

multipartidária e parlamentar. Da mesma maneira, rejeitavam a noção de economia socialista e diziam que havia apenas economia, cujos pressupostos seriam o mercado e a propriedade privada. A mais recente utopia da Europa Central seria, nesse sentido, o mercado livre.

Uma última inferência de grande alcance que T. G. Ash extraiu de sua análise refere-se à emergência do nacionalismo no seio dos movimentos. Na Alemanha, as primeiras manifestações diziam: “nós somos o povo”, mas, em poucas semanas, o lema passou a ser “nós somos uma nação”. Referência à reunificação, esse desejo foi colorido com a bandeira da Alemanha Ocidental, vale dizer, da Alemanha Unida. Mas também na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia as bandeiras e os velhos hinos nacionais emergiram.

Divergindo daqueles analistas que se preocupavam com os riscos do renascimento, T. G. Ash pondera que, acima de tudo, os movimentos de 1989 foram patrióticos, o que não é necessariamente sinônimo de nacionalismo. Além do mais, “1989 não foi um ano de agudo conflito nacional e étnico. (...) Muito pelo contrário: foi um ano de solidariedade, tanto no interior das nações como entre elas” (1990, p. 155). Nesses termos, houve um processo que pode ser chamado de “primavera das nações”, mas não de “primavera do nacionalismo”.

Finalmente, pode-se indagar como ambos os autores visualizaram as perspectivas de futuro para as realidades analisadas, ou seja, o epílogo da história. T. G. Ash reconhecia que a transição para a economia de mercado poderia ser dura e traumática e não desconhecida que era

plausível estabelecer uma perspectiva sombria para o futuro da região. Era factível supor a formação de outros conflitos, injustiças e misérias, mas tratar-se-ia – relativiza o autor – de conflitos, injustiças e misérias diferentes.

De qualquer modo, T. G. Ash preferiu não fazer projeções, sugerindo que o leitor tivesse sua atenção direcionada para as esperanças descortinadas pelas revoluções de 1989, ano que poderia “então surgir, aos participantes e aos historiadores, como um breve momento brilhante entre os sofrimentos de ontem e os de amanhã” (1990, p. 164). Lembrando que nenhum destino era inevitável e que o futuro deveria ser construído, o autor não disfarçou sua esperança de que o brilho de 1989, reafirmando os valores da democracia liberal, iluminasse a unificação europeia.

Kagarlitsky, coerente com sua análise, que apontou a sobrevivência de aspectos importantes do antigo regime no nascimento do capitalismo e a formação do que se denominou *stalinismo de mercado*, visualizava um futuro bastante sombrio para a ex-URSS. O caminho que vinha sendo percorrido, “com o nível de desenvolvimento e as instituições herdadas da Rússia (...), não iria conduzir ao prometido salto para a prosperidade, ou à equiparação com o Ocidente. Ao contrário, seria uma estrada rumo ao status de Terceiro Mundo” (1993, p. 132).

Melhor sorte poderia ser esperada com uma mudança de curso. Nesse sentido, Kagarlitsky aposta na terceira via, cujo programa deveria articular a existência do mercado com novas modalidades de propriedade social e com um planejamento econômico democraticamente controlado. A

condição para viabilizar esse caminho seria o *impulso de baixo*, ou seja, o “aumento do peso político das organizações dos trabalhadores, dos sindicatos e dos partidos de esquerda – as forças capazes de realizar um tal programa ou de controlar a sua implementação pelas bases” (1993, p. 243). Sem essa premissa, vaticinou Kagarlitsky, “as esperanças (...) de superar a crise permanecerão ilusórias” (1993, p. 243).

### Considerações finais

O percurso de cada autor foi orientado por sua formação intelectual e por sua concepção de mundo. A partir dessas balizas, desenvolveram formas que julgaram consequentes para dialogar com uma realidade em crise e em movimento. Seria fútil cortejar a pertinência das tendências apontadas sobre o devir dos processos. Primeiro, porque atualmente existe um distanciamento de que os autores não dispunham na época. Segundo, porque é mais produtivo avaliar, nas condições oferecidas e de acordo com as opções feitas, o percurso da análise.

Entendido o lugar de onde analisaram o processo, deve-se reconhecer que ambos, não obstante as diferenças de metodologia e de perspectiva de mundo, legaram exemplos de como produzir, em condições tão excepcionais, conhecimento histórico sobre um tema complexo. Não é

exagerado afirmar que propuseram um leque de questões de interesse mesmo para aqueles que, vivendo com bastante distância cronológica dos acontecimentos, quiserem estudar o colapso do socialismo real e seus desdobramentos.

### Referências

ASH, T. G. *Nós, o povo: a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DIAS, R. B. A crise da memória durante a perestroika e a emergência das alternativas derrotadas. *Cadernos de Metep*, UEM, n.º 5 – suplemento especial de História n.º 1 -1994.

\_\_\_\_\_. *Considerações sobre a história imediata e o colapso do chamado socialismo real*. In *Pós-História*. Unesp. Assis. N. 3. 1995. p. 57-75.

HABERMAS, J. Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e a necessidade de revisão na esquerda. In *Novos Estudos Cebrap*, n.º 30, julho/1991.

KAGARLITSKY, B. *A desintegração do monolito*. São Paulo: Edunesp, 1993.

LACOUTURE, J. A história imediata. In: LE GOFF, J. (org) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J. et alii, *A Nova História*. Lisboa: Edições de 70, 1989. .

\_\_\_\_\_. O retorno do Fato. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (org) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988



\* REGINALDO BENEDITO DIAS, Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

E-mail: [reginaldodias13@gmail.com](mailto:reginaldodias13@gmail.com)